



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUP/IFRO, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.000988/2016-25, e considerando ainda a aprovação unânime dos conselheiros durante a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, em 29/03/2015,

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, anexo a este Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE
Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

P A I N T

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

ANO

2016

**UBERLANDO TIBURTINO LEITE
REITOR**

**LEILIANE BORGES SARAIVA
AUDITORA CHEFE**

EQUIPE TÉCNICA DE AUDITORIA

**ADRIANA GARCIA DE ARAÚJO – AUDITORA
ROMUALDO SOUZA DE LIMA – AUDITOR**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA **PAINT**

EXERCÍCIO 2016

IFRO - RONDÔNIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 INSTITUIÇÃO	6
3 AUDITORIA INTERNA	4
4 ÁREAS DE ATUAÇÃO	7
5 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO.....	9
6 MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	14
7 AVALIAÇÃO DE RISCOS DAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA PREVISTA E OBJETIVOS CONFORME DETERMINA A IN 01/2007-CGU	18
8 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA	24
9 CONCLUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA OBJETIVO ESPECÍFICO	25

APÊNDICE A - Mapeamento para Matriz de Risco

APÊNDICE B – Calendário (Feriados Nacionais e Recesso – 2016)

APÊNDICE C - Cálculo das horas por mês

APÊNDICE D - Cronograma Mensal das Ações da Auditoria

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, referente ao exercício de 2016, que tem por finalidade estabelecer as atividades a serem executadas na Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) programada para o referido exercício. O PAINT foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 07 de 29 de dezembro de 2006, que estabelece normas de elaboração e acompanhamento da execução do planejamento anual das unidades de auditoria interna pertencentes às entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal, bem como ao disposto na Instrução Normativa nº 01 de 03 de janeiro de 2007.

Segundo o art. 4º da IN 07 SFC/2006, após sua elaboração a proposta do planejamento será submetida à prévia análise da Controladoria Geral da União:

Art. 4º A proposta de PAINT será submetida à análise prévia da CGU ou dos respectivos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno que fiscalizam a entidade, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução. (Redação dada pela Instrução Normativa CGU nº 09, de 14 de novembro de 2007)

Para a sua elaboração foram considerados os planos, metas e objetivos do IFRO, bem como seus programas e ações definidos em orçamento, além de considerar a legislação aplicável e os resultados dos últimos trabalhos de auditoria, da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e da própria Unidade de Auditoria Interna do IFRO, que geraram diligências pendentes de atendimento.

Além disso, foram considerados na elaboração do PAINT/2016 os resultados obtidos na execução do PAINT/2015. Considerando o cumprimento das metas, os recursos humanos disponíveis e a demanda interna da auditoria. O resultado obtido será apresentado no Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAINT/2016.

Convém destacar que a estrutura do PAINT aborda os itens estabelecidos no art. 2º da Instrução Normativa nº 01/2007-CGU/SFC:

- I - ações de auditoria interna previstas e seus objetivos; e
 - II - ações de desenvolvimento institucional e capacitação previstas para o fortalecimento das atividades da auditoria interna na entidade.
- § 1º Na descrição das ações de auditoria interna, para cada objeto a ser auditado, serão consignadas as seguintes informações:
- I - número sequencial da ação de auditoria;
 - II - avaliação sumária quanto ao risco inerente ao objeto a ser auditado, e sua relevância em relação à entidade;
 - III - origem da demanda;
 - IV - objetivo da auditoria, contendo os resultados esperados, devendo-se especificar de que forma as vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas;

V - escopo do trabalho, explicitando, tanto quanto possível, sua representatividade em termos relativos, e demonstrando a amplitude dos exames a serem realizados, em relação ao universo de referência concernente ao objeto a ser auditado;

VI - cronograma contendo a data estimada de início e término dos trabalhos;

VII - local de realização dos trabalhos de auditoria; e

VIII - recursos humanos a serem empregados, com a especificação da quantidade de homens-hora de auditores a serem alocados em cada ação de auditoria e os conhecimentos específicos que serão requeridos na realização dos trabalhos.

§ 2º Do detalhamento das ações de desenvolvimento institucional e capacitação deverão constar justificativas para cada ação que se pretende realizar ao longo do exercício.

§ 3º Na descrição das ações de fortalecimento da unidade de auditoria interna deverão constar informações relativas à revisão de normativos internos, redesenho organizacional, desenvolvimento ou aquisição de metodologias e softwares ou outros.

Considerando ainda, o cumprimento do artigo 7º da IN nº 07 - SFC/ 2006:

Art. 7º O PAINT, devidamente aprovado, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício a que se aplica, juntamente com o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior.

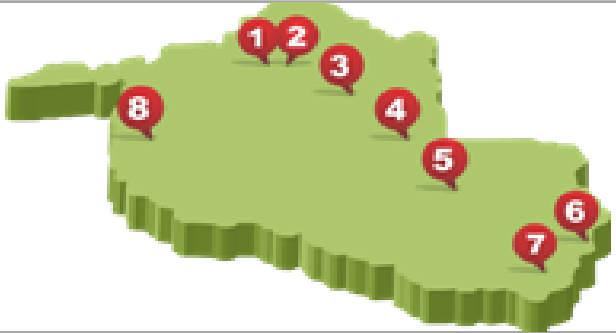
Dessa forma, as ações previstas no PAINT/2016 objetiva agregar valor à gestão apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos da gestão e dos controles internos, por meio de orientações, recomendações, e demais atividades necessárias ao cumprimento da legislação aplicável para a promoção dos objetivos institucionais nos aspectos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da gestão.

2 INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), resultado da integração da Escola Federal de Rondônia, criada pela Lei nº 11.534 de 25/10/2007, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, criada pela Lei nº 8.670 de 30/06/1993, instituído pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, lei esta responsável pela reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, unindo as escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETS em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica para os diversos setores da economia e na realização de pesquisa

e desenvolvimento de novos produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada.

IFRO EM NÚMEROS	
08 Campi	
20 Cursos	
5591 Matrículas (Cursos Presenciais)	
936 Servidores	
430 Docentes	
506 Técnicos Administrativos	
20 Estagiários	

Fonte: Painel de indicadores/DGTI/PRODIN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO é composto por 01 Reitoria e 08 (oito) *campi*. Sendo a Unidade Gestora da Reitoria quem descentraliza os recursos orçamentários para os respectivos *campi*, através das unidades gestoras executoras no Sistema de Administração Financeira-SIAFI. O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às Universidades Federais.

ITEM	CAMPUS	UASG	GESTÃO
01	Reitoria	158.148	26421
02	Campus Colorado do Oeste	158.341	26421
03	Campus Vilhena	158.342	26421
04	Campus Ji-Paraná	158.376	26421
05	Campus Porto Velho Calama	158.345	26421
06	Campus Ariquemes	158.343	26421
07	Campus Cacoal	158.533	26421
08	Campus Porto Velho Zona Norte	158.532	26421

Além dos *campi* acima relacionados, há oferta de aulas em EaD na cidade de Guajará-Mirim, município com um novo *campus* com cursos Binacionais, visto que a cidade faz fronteira com a Bolívia e o referido *campus* atenderá alunos brasileiros e bolivianos.

3 AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o Estatuto do Instituto Federal de Rondônia, aprovado pelo Conselho Superior desta instituição através da Resolução nº 03, de 31 de agosto de 2009, e publicada no DOU em 01 de setembro de 2009, a Auditoria Interna é o órgão de controle interno responsável por assessorar a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, subordinada administrativamente ao Reitor, vinculada ao Conselho Superior.

Pelo exposto, o objetivo geral da Auditoria Interna é assegurar que não ocorram erros potenciais, mediante o controle de suas causas. Dentre seus objetivos específicos, é possível destacar: assegurar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição; assessorar o Reitor quanto à execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada de recursos e bens disponíveis, visando à eficiência de suas atribuições; assegurar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação; antecipar-se preventivamente ao cometimento de erros, descumprimento das legislações, práticas antieconômicas, visando o que estabelece a Constituição Federal.

Na execução dos trabalhos, são destinadas horas para cada ação, estando incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, a coleta, análise de dados, leitura e interpretação da legislação pertinente, a elaboração das solicitações de auditoria, de registros das constatações de auditoria, de notas de auditoria, PPP e de relatórios, bem como a exclusão dos dias de férias, recessos. E ainda o monitoramento sobre as recomendações decorridas dos respectivos relatórios.

Os auditores internos farão visitas técnicas aos *campi*, sempre que possível, para coleta de dados, constatações, entre outros.

O quadro a seguir apresenta a composição atual da Auditoria Interna do IFRO.

Lotação	UG/SIAPE	Nome	Cargo/ Formação	Férias/ Licenças
Reitoria	158.148 / 014461546	Leiliane Borges Saraiva	Chefe da Auditoria Geral/ Direito	05/01/2016 a 08/01/2016 04/07/2016 a 27/07/2016
	158.148 / 2142156	Adriana Garcia de Araújo	Auditora/ Ciências Contábeis	02/05/2016 a 16/05/2016 28/11/2016 a 12/12/2016
	158.148 / 1336612	Romualdo Souza de Lima	Auditor/Economia	19/12/2016 a 23/12/2016

				02/01/2017 a 26/01/2017
--	--	--	--	-------------------------

Convém destacar que o servidor Romualdo Souza de Lima nomeado pela portaria nº Portaria nº 1.158, de 30 de julho de 2015, entrou em exercício, somente, no dia 31.08.2015.

4 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, exercício 2016, foi elaborado com base na legislação vigente, nas normas internas de procedimentos, nas orientações da Controladoria-Geral da União, através de sua Secretaria Federal de Controle Interno e nas diretrizes adotadas pela Instituição.

O planejamento dos trabalhos de auditoria foi pautado observando-se os seguintes fatores:

- O quantitativo de efetivo de pessoal lotado na Auditoria Interna, o atendimento às demandas e necessidades de ações estratégicas da Instituição; o atendimento aos planos, metas, objetivos e programas que estão sendo desenvolvidos pela Instituição;
- Observância às destinações das verbas orçamentárias; legislação federal aplicável à entidade;
- Questões pertinentes à materialidade, relevância e importância do volume de movimentação de recursos movimentados na Instituição, evidenciados na matriz de risco para as ações que serão executadas em 2016.

Será empregado o método de amostragem nas ações quando o universo de processos for significativo, em função do quantitativo de servidores alocados na auditoria e da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil.

Os procedimentos específicos de cada rotina de auditoria serão definidos nos programas de Auditoria e Papéis de Trabalho elaborados pela Auditoria Interna do IFRO na forma descrita na Seção III, Capítulo V da IN 01/2001 – SFC.

5 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

A proposta orçamentária anual prevista incluída no SIMEC para o IFRO no exercício de 2016 para atender as atividades, projetos e operações especiais para a manutenção de toda a infraestrutura composta pelo IFRO e dos demais *campi* é no montante de R\$ **125.941.248,00** (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil e duzentos e quarenta e oito reais), considerando as metas

previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para serem desenvolvidas através do Plano de Ação Institucional no ano de referência.

Órgão: 26000 - Ministério da Educação Unidade: 26421 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rondônia.

ORÇAMENTO PREVISTO NA LOA 2016 - SIMEC	
TOTAL	R\$ 125.941.248,00
2109-PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MEC:	R\$ 80.900.584,00
2109.20TP - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	R\$ 60.628.709,00
2109.09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	R\$ 11.701.755,00
2109.4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	R\$ 1.850.000,00
2109.00M1 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES AUXILIO FUNERAL	21.204,00
2109.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES	2.042.916,00
2109.2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES	156.000,00
2109.2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES	300.000,00
2109.2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	4.200.000,00
2031-PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:	R\$ 43.323.081,00
2031.20RG - EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.658.520,00
2031.20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	32.544.990,00
2031.2994 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	6.752.709,00
2031.6380 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	366.862,00
0910-PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS:	R\$ 27.583,00
0089.0181 – PROGRAMAS PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO- PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	R\$ 1.690.000,00

Fonte: SIMEC

No site do Ministério do Planejamento são apresentados os programas temáticos, programas de gestão da manutenção e programas de operações especiais para cada ação governamental, onde a Finalidade e Descrição de cada Ação de Governo subsidiam na elaboração da proposta orçamentária anual para o exercício seguinte.

Programática	Programa/Ação/Localização/Produto/Natureza	Funcional	Esf	Nat	IU	Fte	Valor
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais						27.583
0910.00OL	↳ Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846					27.583
0910.00OL.0011	↳ No Estado de Rondônia						27.583
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						27.583
	↳ 0000 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica Qtd. Físico:						27.583
Programática	Programa/Ação/Localização/Produto/Natureza	Funcional	Esf	Nat	IU	Fte	Valor
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						80.900.584
2109.00M1	↳ Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	12 331					21.204
2109.00M1.0011	↳ No Estado de Rondônia						21.204
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						21.204
	↳ 0001 - Auxílio-Funeral e Natalidade Qtd. Físico: de Civis						21.204
2109.09HB	↳ Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 122					11.701.755
2109.09HB.0011	↳ No Estado de Rondônia						11.701.755
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						11.701.755
	↳ 0000 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Qtd. Físico:						11.701.755
2109.2004	↳ Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e	12 301					2.042.916

	<i>seus Dependentes</i>						
2109.2004.0011	↳ No Estado de Rondônia						2.042.916
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						2.042.916
	↳ 0002 - Exames Periódicos - Cíveis Qtd. Físico:						122.916
	↳ 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Cíveis - Complementação da União Qtd. Físico:						1.920.000
2109.2010	↳ Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	12	331				156.000
2109.2010.0011	↳ No Estado de Rondônia						156.000
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						156.000
	↳ 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis e de Empregados Qtd. Físico:						156.000
2109.2011	↳ Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	12	331				300.000
2109.2011.0011	↳ No Estado de Rondônia						300.000
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						300.000
	↳ 0001 - Auxílio-Transporte - Cíveis Qtd. Físico:						300.000
2109.2012	↳ Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	12	331				4.200.000
2109.2012.0011	↳ No Estado de Rondônia						4.200.000
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						4.200.000
	↳ 0001 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Qtd. Físico:						4.200.000
2109.20TP	↳ Pessoal Ativo da União	12	363				60.628.709
2109.20TP.0011	↳ No Estado de Rondônia						60.628.709
	↳ 0						
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia						60.628.709
	↳ 0000 - Pessoal Ativo da União Qtd. Físico:						60.628.709
2109.4572	↳ Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12	128				1.850.000
2109.4572.0011	↳ No Estado de Rondônia						1.850.000

	↳ Servidor capacitado (unidade)							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							1.850.000
	↳ 0000 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Qtd. Físico: 840							1.850.000
Programática	Programa/Ação/Localização/Produto/Natureza	Funcional	Esf	Nat	IU	Fte		Valor
2080	Educação de qualidade para todos							43.323.081
2080.20RG	↳ Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363						3.658.520
2080.20RG.0011	↳ No Estado de Rondônia							3.658.520
	↳ Projeto viabilizado (unidade)							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							3.658.520
	↳ 0002 - PRONATEC Qtd. Físico: 3							3.658.520
2080.20RL	↳ Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363						32.544.990
2080.20RL.0011	↳ No Estado de Rondônia							32.544.990
	↳ Estudante matriculado (unidade)							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							32.544.990
	↳ 0000 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica Qtd. Físico: 16000							32.544.990
2080.2994	↳ Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	12 363						6.752.709
2080.2994.0011	↳ No Estado de Rondônia							6.752.709
	↳ Benefício concedido (unidade)							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							6.752.709
	↳ 0001 - Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil Qtd. Físico: 12000							4.166.274
	↳ 0000 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas Qtd. Físico: 12000							2.586.435

2080.6380	↳ Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	12 363						366.862
2080.6380.0001	↳ Nacional							366.862
	↳ Iniciativa apoiada (unidade)							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							366.862
	↳ 0000 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Despesas Diversas Qtd. Físico: 20							146.745
	↳ 0001 - Pagamento de Bolsas para Monitores da Rede Federal Qtd. Físico: 20							220.117
Programática	Programa/Ação/Localização/Produto/Natureza	Funcional	Esf	Nat	IU	Fte		Valor
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.690.000
0089.0181	↳ Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	09 272						1.690.000
0089.0181.0011	↳ No Estado de Rondônia							1.690.000
	↳ 0							
	↳ 26421 - Instituto Federal de Rondônia							1.690.000
	↳ 0000 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis Qtd. Físico:							1.690.000
Total Geral (Despesas Programadas):								125.941.248

6 MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

As áreas de atuação da Unidade de Auditoria Interna são definidas levando em consideração as características do IFRO e o planejamento prévio fundamentado na análise de riscos, a qual se embasa nos resultados dos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna, da Controladoria Regional da União de Rondônia, e do Tribunal de Contas da União. Para a elaboração da matriz de risco e mapeamento das atividades foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a Unidade de Auditoria Interna.

O mapeamento será detalhado juntamente com a hierarquização das atividades, pois não só apresentará os programas, ações e atividades, como também os classificará segundo a **materialidade**,

a **relevância e a criticidade**, a fim de **apurar o risco inerente** à priorização das atividades a serem realizadas.

Para viabilizar a hierarquização de atividades, foi levado em consideração o mapeamento do item anterior, analisando a materialidade, a relevância e a criticidade de cada ação, conforme critérios detalhados a seguir:

a) Materialidade: é apurada com base no orçamento, ou seja, o valor da ação é dividido pelo orçamento global para encontrarmos o percentual de contribuição. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.

1. Para um melhor entendimento e facilitação na apuração da matriz de risco, atribuímos fatores de 1 a 5, de acordo com o resultado encontrado, partindo de “muito alta materialidade”, correspondendo ao fator 5, até “muito baixa materialidade”, correspondendo ao fator 1.

2. Podemos verificar na tabela abaixo o fator e a descrição da materialidade de acordo com o percentual do orçamento (X)

Fator de Risco	Descrição	Inferior	% Orçamento	Superior
5	Muito alta materialidade		X >	25%
4	Alta materialidade	10%	< X <	25%
3	Média materialidade	1%	< X <	10%
2	Baixa materialidade	0,10%	< X <	1%
1	Muito baixa materialidade	0,10%	> X	

b) Relevância – significa a importância relativa ao papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existente no contexto analisado. Para o entendimento do critério utilizado devemos considerar a tabela abaixo, em que são apresentados 5 fatores, que resultarão da combinação da quantidade de “aspectos a serem considerados”. Cabe esclarecer que quanto maior for a **relevância** fator **5 ou 4**, a ação está ligada diretamente ao cumprimento da missão Institucional e relacionada ao planejamento estratégico da Instituição, quando a ação for **essencial** com fator 3 ou 2, a ação compromete o serviço prestado ao cidadão e que possa comprometer a imagem institucional, e quando for ação **coadjuvante** com fator 1, a ação será considerada programa prioritário. Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados. Logo, se for relevante atribuímos 5 ou 4, essencial 3 ou 2 e coadjuvante 1.

Fator	Descrição	Aspectos a serem considerados
5	Relevante	Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão Institucional
4	Relevante	Atividade relacionada ao planejamento estratégico da Instituição
3	Essencial	Atividades que comprometem o serviço prestado ao cidadão

2	Essencial	Atividades que possam comprometer a imagem institucional
1	Coadjuvante	Programas prioritários

c) Criticidade: A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

1. Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento (quanto maior o intervalo, maior a pontuação).

Para um melhor entendimento atribuímos o intervalo na pontuação: Última auditoria realizada em até 6 meses igual a pontuação será zero (0), Última auditoria realizada entre seis (06) e doze (12) meses a pontuação será igual a um (01), Última auditoria realizada entre doze (12) e dezoito (18) meses pontuação será igual a dois (02), Última auditoria realizada entre dezoito (18) e vinte e quatro (24) meses, pontuação será igual a três (03), Última auditoria realizada entre 25 e 30 meses, pontuação será igual 4, e Última auditoria realizada acima de 30 meses, pontuação será igual a cinco (05).

2. Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição (quanto mais descentralizado, maior a pontuação).

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, sendo pontuação um (01) quando a Atividade não for descentralizada (mais de 80% das ações principais são realizadas na Reitoria) sendo pontuação dois (02) quando a Atividade não for descentralizada (Ações conjuntas na Reitoria com média entre 60 e 80 % realizadas na Reitoria), sendo pontuação três (03) quando a Atividade não for descentralizada (Ações realizadas na Reitoria entre 50 e 60%), sendo pontuação quatro (04) quando a Atividade for descentralizada (Ações realizadas nos *campi* entre 30 e 50%) e por último a pontuação for cinco (05) quando a Atividade for descentralizada das ações realizadas na Reitoria – ciclo executado na Reitoria com risco médio, ou seja abaixo de 30%).

3. Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição (quanto mais falhas conhecidas, maior a pontuação).

Para um melhor entendimento atribuímos a seguinte pontuação: quando for um (1) é Sem falhas/faltas de controles internos conhecidos; quando for dois (2) é considerado indício de faltas/falhas; quando for três um (3) houve faltas/falhas conhecidas e já auditadas internamente; e quando for quatro (04) houve falhas conhecidas e apontadas pela CGU e quando for cinco (05) houve falhas conhecidas e apontadas pelo TCU. Considerando as situações abaixo apresentadas em cada um dos aspectos apuramos as notas de cada aspecto, faz-se uma média deles para encontrar a

criticidade. Logo, o fator relativo à criticidade é formado pela média aritmética dos componentes empregados para quantificar o risco: $(\text{componente 1} + \text{componente 2} + \text{componente 3})/3$.

CRITÉRIOS DA CRITICIDADE			
COMPONENTE 1			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0
		6 a 12 meses	1
		de 12 a 18 meses	2
		de 18 a 24 meses	3
		de 25 a 30 meses	4
		acima de 30 meses	5
COMPONENTE 2			
Quanto ao nível de descentralização da atividade			
Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Quanto maior a descentralização, maior a pontuação	Atividade não descentralizada (mais de 80% das ações principais são realizadas na Reitoria)	1
		Atividade não descentralizada (Ações conjuntas na Reitoria com média entre 60 e 80 % realizadas na Reitoria)	2
		Atividade não descentralizada (Ações realizadas na Reitoria entre 50 e 60%)	3
		Atividade descentralizada (Ações realizadas nos campi entre 30 e 50%)	4
		Atividade descentralizada das ações realizadas na Reitoria - ciclo executado na Reitoria com risco médio, ou seja, abaixo de 30%)	5
COMPONENTE 3			
Falta/falha conhecida nos controles internos da Instituição			
Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição	Quanto maior a falha, maior a pontuação	Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1
		Indícios de faltas/falhas	2
		Faltas/falhas conhecidas e já auditadas internamente	3
		Falhas conhecidas e apontadas pela CGU/TCU	4
		Falhas conhecidas e apontadas pelo TCU	5

Após definido o Resultado da Matriz de Risco, como ponto crítico, serão analisadas as Ações Governamentais que serão executadas referentes aos recursos para o exercício de 2016. Considerando a visão da equipe de Auditoria Interna, apresentamos abaixo as ações que foram levadas em consideração nos processos críticos da Instituição conforme os critérios de materialidade, relevância e criticidade envolvidos em cada ação do Macro Processo da Área, para fortalecimento dos controles internos das Unidades do IFRO.

AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA					
QUESTÕES	Licitações Sustentáveis	Contratação de estagiários	Emissão de Diplomas	Indicador de Evasão Escolar	Mapeamento dos riscos das áreas estratégicas da gestão
1. Quando foi a última vez que o processo foi auditado?	5	5	5	5	5
2. A Atividade realizada é descentralizada por unidade gestora pertencente à instituição?	4	4	4	4	3
3. O processo tem sido objeto de recomendação por parte dos órgãos de controle (AUDINT, CGU e TCU)?	3	1	1	1	4
4. Qual o montante de recursos orçamentários movimentado pelo processo?	3	2	2	2	5
5. A ação está ligada diretamente ao cumprimento da missão Institucional?	3	3	3	5	4
Total	18	15	15	17	21

LEGENDA TOTAIS	LEGENDA NÍVEIS	COR
5 - 9	1 e 2	
10 - 14	3	
15 - 19	4	
20 - 25	5	

7 AVALIAÇÃO DE RISCOS DAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA PREVISTA E OBJETIVOS CONFORME DETERMINA A IN 01/2007-CGU

Nº Ação	Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Avaliação sumária quanto ao risco inerente ao objeto a ser auditado e sua relevância em relação à entidade	Origem da Demanda	Objetivos	Escopo do trabalho	Local	Conhecimento Exigido	Período de Execução	
								Dias	Horas
01 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS									
1.1	Contratação de Estagiários no IFRO	RISCO: ausência de acompanhamento dos trabalhos realizados pelos estagiários. RELEVÂNCIA: Controles sistematizados na área de pessoal	DGP	Avaliar a contratação e existência de monitoramento na contratação de estagiários no âmbito do IFRO.	Analisar 20% dos estagiários por Unidade Administrativa	Reitoria e <i>campi</i>	Lei 11.788/2008	18/04/2016 a 29/04/2016	200
TOTAL DE HORAS								200	
02 GESTÃO ADMINISTRATIVA									
2.1	RAINT	RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes, em desconformidade com o art. 3º da IN 01/2007-CGU. RELEVÂNCIA: Cumprimento das exigências legais, em conformidade com a IN nº 01, de 03/01/2007 de janeiro de 2007, alterada pela IN nº 9, de 14/11/2007.	CGU	Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna - RAINTE de 2015. Apresentando os resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2015 pela Unidade de Auditoria Interna do IFRO.	Relato de todas as atividades executadas em conformidade com as planejadas	AUDINT/ Reitoria	IN 01/2007-CGU IN 07/2006-CGU	05/01/2016 a 29/01/2016	348
2.2	PAINT	RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes. Descumprimento do preceituado no art. 2º da IN nº 01 de 03/01/2007, modificada pela IN nº 09 de 14/11/2007. RELEVÂNCIA: Sistematização das atividades planejadas para serem desenvolvidas em 2016.	CGU	Planejar as ações das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no exercício de 2017.	100% da demanda	AUDINT	IN 01/2007- CGU IN 07/2006-CGU	03/10/2016a 31/10/2016	400
2.3	Programas de Auditoria	RISCO: Não atendimento aos normativos exigidos nos procedimentos das atividades dos Programas de Auditoria para	AUDINT	Elaboração dos Programas de Auditoria e papéis de trabalho que serão utilizados na	Elaborar 100% dos programas correspondentes a	AUDINT	Legislações pertinentes ao	01/02/2016 a	184

		padronização dos trabalhos. RELEVÂNCIA: Padronização na execução dos trabalhos realizados por área auditada.		realização das auditorias previstas nas ações do PAINT/2016, a fim de capacitar os auditores e padronizar os trabalhos.	cada ação de auditoria do PAINT/2016		assunto da nota.	19/02/2016	
2.4	Relatório de Gestão 2015	RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes em descumprimento da DN 134 de 04/12/2013. RELEVÂNCIA: Cumprimento das exigências contidas na DN 134/2013.	CGU/TCU	Elaborar e consolidar conforme Decisão Normativa vigente do TCU.	Examinar se 100% das peças exigidas pelas Decisões.	AUDINT/Reitoria	IN 63/2010 - TCU DN 143 de 18/03/2015 e alterações posteriores.	01/04/2016 a 08/04/2016	120
2.5	Atuação da CGU	RISCO: Não atendimento às recomendações e solicitações de Auditoria-SA's e não alcance dos objetivos propostos, podendo gerar registros na auditoria de gestão. RELEVÂNCIA: Cumprimento por partes dos setores auditados a implantação das recomendações emanadas nos relatórios da CGU.	CGU	Acompanhar o atendimento das Solicitações na auditoria de acompanhamento e emitir plano de providências junto aos setores auditados, evitando a não implementação das recomendações.	Acompanhamento conforme demanda.	AUDINT	Relatórios emitidos pela CGU	01/03/2016 a 18/03/2016 06/07/2016 a 12/07/2016	248 100
2.6	Atuação do TCU	RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes e não atendimento às determinações contidas nos Acórdãos e Diligências do TCU, podendo ensejar multas. RELEVÂNCIA: Cumprimento das determinações pelos setores do IFRO.	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e diligências evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	100% dos Acórdãos e diligências ocorridas.	AUDINT	Observação às normativas vigentes	16/05/2016 a 31/05/2016 26/12/2016 a 30/12/2016	186 70
2.7	Monitoramento das Recomendações de Auditoria	RISCO: Descumprimento das recomendações da Auditoria interna pelos setores do IFRO auditados. RELEVÂNCIA: Monitoramento para o cumprimento das recomendações emitidas para evitar constatação na auditoria de gestão.	AUDINT	Verificar a implementação das recomendações do Plano de Providências referente aos relatórios emitidos pela Auditoria Interna.	100% das recomendações dos relatórios emitidos pela Unidade de Auditoria.	AUDINT/Reitoria	IN 63/2010-TCU, e DN 127/2013 e Portaria 175/2013 aguardar alterações do TCU	02/05/2016 a 13/05/2016 29/08/2016 a 02/08/2106	260 100
TOTAL DE HORAS								2.016	
03 ÁREA OPERACIONAL									

3.1	Indicador de Evasão Escolar	RISCO: Ausência de acompanhamento e monitoramento no indicador de evasão nos objetivos estratégicos da gestão. RELEVÂNCIA: Efetividade nos resultados dos processos de ensino-aprendizagem.	PRODIN	Analisar o controle de monitoramento nos resultados dos indicadores de evasão escolar nos últimos 02 anos, se existir mecanismos para mitigá-la.	Verificar a existência de mecanismos de controle da evasão escolar nos <i>campi</i> e ações sistêmicas da PROEN conforme indicador demonstrado nos últimos relatórios de gestão - 2014-2015.	<i>campi</i>	COSO II DN 139/2014 e Portaria 90/2014	05/09/2016 a 30/09/2016	380
3.2	Mapeamento de riscos dos processos das áreas estratégicas da gestão da reitoria	RISCO: Ausência de rotinas e fluxo de processos para tomada de decisão. RELEVÂNCIA: Normatização e manuais das atividades diárias das unidades organizacionais.	DPLAN	Avaliar os riscos de controles internos das Áreas Estratégicas da Gestão: Pró-Reitoria e Diretorias Sistêmicas, quanto ao mapeamento de processos de cada unidade organizacional.	Avaliar a estrutura de controle interno e Mapear as áreas de risco das unidades organizacionais.	Reitoria		01/08/2016 a 26/08/2016	400
3.3	Emissão e Registro de Diplomas Acadêmicos	RISCO: Emissão irregular de diplomas de graduação e pós-graduação. RELEVÂNCIA: O diploma é o documento que comprova a conclusão com aproveitamento dos cursos, última etapa do ciclo que é principal razão da existência do Instituto, a formação acadêmica.	PROEN	Verificar a confiabilidade e a fidedignidade dos controles internos dos procedimentos de emissão dos diplomas.	Analisar 20% dos diplomas emitidos para os concluintes de 03 (três) cursos do ano de 2015.	<i>campi</i>	Lei nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Decreto nº 5.773/2006 – regulação, supervisão, e avaliação de instituições de ensino superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino; IN nº 01, DE 06	01/11/2016 a 18/11/2016	160

							DE ABRIL DE 2001 – Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; Lei nº 12.089/2009 – Acumulação de vagas ocupadas na graduação; IN nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.		
3.4	Assistência Estudantil	RISCO: Não cumprimento das legislações vigentes e resolução 33/CONSUP/IFRO, 22 de setembro de 2014. RELEVÂNCIA: Cumprimento das normativas exigíveis, bem como o alcance da finalidade social do programa.	Coordenação de Assistência Estudantil – CAE	Analisar por amostragem o cumprimento das normativas aplicáveis e resolução 33/CONSUP/IFRO, 22 de setembro de 2014, referente a 2 programas a serem definidos de acordo com as informações disponibilizadas ; programas de atendimento Universal (01), e programas de atendimento aos alunos socioeconomicamente vulneráveis.(01).	Análise por amostragem 10%		Observação às normativas vigentes e resolução 33/CONSUP/IFRO, 22 de setembro de 2014.	13/07/2016 a 29/07/2016	260
TOTAL DE HORAS								1.200	
04 GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS									
4.1	Licitações Sustentáveis	RISCO: a adoção de diretrizes, critérios e práticas que não promovam o desenvolvimento nacional sustentável, conforme determina o art. 3º da Lei 8.666/1993. RELEVÂNCIA: Normatizar e revelar boas práticas na gestão ambiental e nas licitações sustentáveis, com vistas à sua	PROPLAD	OBJETIVO: Verificação da formalização dos processos e a aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na prestação de serviços.	Analisar 10% do valor empenhado nos processos licitatórios de janeiro a julho/2016.	Reitoria e campi	Constituição Federal (art. 170, VI e 225), Leis 8.666/1993, 9.660/1998, 12.305/2010 e 12.349/2010, IN MPOG n. 1/2010 e 10/2012, IN	01/06/2016 a 24/06/2016	360

		implementação.					IBAMA n. 1/2013, Jurisprudência do TCU e demais normas correlatas.		
TOTAL DE HORAS								360	
05 RESERVA TÉCNICA									
5.1	Orientações à Reitoria/ <i>campi</i>	RISCO: Desconhecimento dos normativos vigentes na área de execução. RELEVÂNCIA: Cumprimento das normas vigentes por parte do gestor para garantir a eficácia dos controles existentes.	AUDINT	Orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles. Participação em reuniões com as Pró-Reitorias e Diretorias do IFRO.	100% da demanda.	da Reitoria e <i>campi</i>	Normas internas da Instituição e legislações pertinentes	22/02/2016 a 29/02/2016 27/06/2016 a 05/07/2016	72 140
5.2	Capacitação	RISCO: Descumprimento do Item II da IN 01/2007-CGU - Ações de Desenvolvimento Institucional e Capacitação para a equipe da AUDINT. RELEVÂNCIA: Fortalecimento e melhoria da capacitação da equipe da Auditoria interna.	AUDINT	Ações de desenvolvimento institucional e capacitação prevista para o fortalecimento da atividade de auditoria interna da entidade com recursos oriundos da Reitoria.	100% dos Auditores do IFRO.	AUDINT	Legislações pertinentes à temática abordada na capacitação.	11/04/2016 a 15/04/2016 21/11/2016 a 25/11/2016 21/03/2016 a 31/03/2016	100 100 160
TOTAL DE HORAS								572	

06 GESTÃO PATRIMONIAL									
6.1	Controle Patrimonial em Consonância com os registros Contábeis.	RISCO: Não observância dos procedimentos necessários para conformidade dos registros contábeis com o patrimonial e ausência de registros dos bens no sistema SUAP. RELEVÂNCIA: Cumprimento das normas vigentes por parte do gestor para garantir a eficácia dos controles existentes.	AUDINT	- Orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles. Verificar a confiabilidade e a fidedignidade dos controles internos dos procedimentos, aplicados para a regularização dos bens	100% da demanda.	da Reitoria e <i>campi</i>	Normas internas da Instituição e legislações pertinentes	28/11/2016 a 23/12/2016	174

				móveis quanto aos registros em comparativo com a RMB – Relação Mensal de Bens e conformidade Contábil, solicitar informações aos setores quanto ao controle Patrimonial – baixa dos bens, incorporação e depreciação, fazendo uma análise comparativa com base nas informações solicitadas aos setores de Contabilidade e patrimônio, - Análise da utilização do sistema SUAP- aplicável aos campus no sistema Patrimonial, solicitando informações pertinentes a utilização aos setores responsáveis para relatório conclusivo.					
TOTAL DE HORAS									174

8 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o item II da Instrução Normativa nº 01/2007-CGU, apresentamos abaixo a previsão de Capacitação para os auditores internos do IFRO.

II - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA A AUDITORIA INTERNA						
AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	JUSTIFICATIVA	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	HORAS PREVISTAS
Participação no XLIII FÓRUM NACIONAL DE AUDITORES INTERNOS DO MEC (FONAI), Promovido pela SFC/ MEC.	SFC/FONAI MEC	Promoção de integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentação de trabalhos.	A definir	A definir	1	40 horas
Participação no XLIV FÓRUM NACIONAL DE AUDITORES INTERNOS DO MEC (FONAI), Promovido pela SFC/ MEC.	SFC/ FONAI MEC	Promoção de integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentação de trabalhos.	A definir	A definir	2	40 horas
Curso na área de Auditoria Governamental.	AUDINT	Promover conhecimento da área, em virtude das mudanças das normas internacionais – COSO I E II.	A definir	A definir	2	30 horas
Cursos <i>In Company</i>	IFRO	Qualificação e Requalificação dos servidores.	A definir	A definir	3	40 horas

Ressaltamos ser imprescindível a capacitação dos servidores lotados no Setor de Auditoria Interna. A participação destes em fóruns, cursos e seminários, aperfeiçoa o desempenho do setor através do aperfeiçoamento de métodos e técnicas de auditoria, tornando suas atividades consequentemente mais eficientes e eficazes. Dentre as possibilidades de capacitação, destacam-se: o Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao Ministério da Educação – FONAI/MEC – dois eventos anuais - os quais são oportunidades exclusivas para os auditores internos compartilharem experiências, efetuarem padronizações nos trabalhos de auditoria, além de interagirem com as demais Auditorias Internas das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação, bem como de adquirir informações específicas do trabalho e de interesse da Instituição; Participação nos eventos promovidos pelo programa CAPACITA – CGU, destinados aos auditores internos da Administração Pública - CGU promovido pela ESAF, inclusive em outros órgãos e

instituições públicas, e os cursos ofertados pelo TCU – respectivamente órgão de controle interno e externo da gestão dos Institutos Federais; Participação nos cursos *In Company* oferecidos pela própria Instituição para qualificação e requalificação dos servidores, e como também a participação de outros cursos ofertados por outros órgãos e entidades como ESAF, ENAP, entre outros.

9 CONCLUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos, ações não programadas, como: treinamentos, trabalhos especiais, apoio ao atendimento ao TCU, à CGU, à Reitoria, às Pró-Reitorias e aos *campi* que compõem o IFRO.

Com a elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2016 espera-se que os resultados dos trabalhos da auditoria realizados pelos auditores internos do IFRO sejam compatíveis com tal planejamento, a fim de que os resultados alcançados possam fortalecer a gestão conforme o esperado.

Estima-se atingir êxito em processos que possam atenuar ou até mesmo extinguir as vulnerabilidades encontradas, respeitando as peculiaridades institucionais, buscando adequá-las à legislação pertinente. Dentre os resultados esperados, destacamos:

- Racionalização dos trabalhos de auditoria interna;
- Desenvolvimento e implantação de novas técnicas de auditoria;
- Estruturação e fortalecimento dos sistemas de controle interno administrativo;
- Interação com a comunidade acadêmica de forma produtiva;
- Consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;
- Otimização dos sistemas administrativos;
- Desenvolvimento e capacitação dos servidores;
- Adequação e distribuição da força de trabalho.

Por fim, encaminhamos para a Controladoria Geral da União- CGU Regional/RO, para fins de análise acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, a fim de que se manifeste sobre as ações previstas no planejamento da AUDINT.

Porto Velho-RO, 05 de abril de 2016.

Leiliane Borges Saraiva
Chefe da Auditoria Interna
Portaria nº 149/IFRO de 28/02/2013

APÊNDICE

Orçamento/ 2016:		R\$ 125.941.248,00								
CLASSIFICAÇÃO (Mapeamento para Matriz de Risco)										
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO										
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco	
Descrição	Valor em R\$	%								
Ação: 0089. 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	1.690.000,00	1,3418%	Média Materialidade	3	Essencial	3	Média dos critérios	2,3	8,3	
							Acima de 30 meses	5		
							Atividade não descentralizada	1		
							Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1		
PROGRAMA 2031- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA										
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco	
Descrição	Valor em R\$	%								
AÇÃO: 2080. 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	3.658.520,00	2,90491%	Média Materialidade	3	Relevante	4	Média dos critérios	3,3	10,3	
							Última auditoria realizada até 6 meses	5		
							Atividade não descentralizada	4		
							Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1		
AÇÃO: 2080.20RL- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	32.544.990,00	25,8414%	Alta Materialidade	4	Relevante	4	Média dos critérios	3,7	11,7	
							Acima de 30 meses	5		
							Atividade descentralizada	4		
							Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1		
AÇÃO: 2080.2994 - Assistência ao Estudante da	6.752.709,00	5,3617%	Média Materialidade	3	Essencial	3	Média dos critérios	3,3	9,3	
							Acima de 30 meses	5		

Educação Profissional e Tecnológica.							Atividade descentralizada	4	
							Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1	
AÇÃO: 2080.6380: Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.	366.862,00	0,2912%	Baixa Materialidade	2	Relevante	5	Média dos Critérios	3,3	10,3
							Acima de 30 meses	5	
							Atividade não descentralizada	4	
							Falta de conhecimento dos controles internos da ação	1	
PROGRAMA 2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R\$	%							
AÇÃO: 2109. Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	80.900,00	64,2367%	Muito Alta	5	Relevante	4	Média dos Critérios	4	13
							Acima de 30 meses	5	
							Atividade não descentralizada	3	
							Falhas conhecidas e apontadas pela CGU/TCU	4	
PROGRAMA 0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS									
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R\$	%							
AÇÃO: 2109.20TP- Pagamento de Pessoal Ativo da União	60.628.709,00	48,1404%	Muito Alta Materialidade	5	Essencial	3	Média dos critérios	2,0	10
							5 meses	1	
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas conhecidas e apontadas pela CGU/TCU	4	

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2016		
TABELA 01 - CALENDÁRIO		
Feriados Nacionais e Recesso - 2016		
Data	Dia da Semana	Feriado
Janeiro		
01/01/2016	Sexta-feira	Confraternização Universal
04/01/2016	Segunda-Feira	Criação do Estado de Rondônia
Fevereiro		
08/02/2016	Segunda-feira	Ponto Facultativo
09/02/2016	Terça-feira	Carnaval
10/02/2015	Quarta-feira	Cinzas
Março		
25/03/2016	Sexta-feira	Paixão de Cristo
Abril		
21/04/2016	Quinta-feira	Tiradentes
22/04/2016	Sexta-feira	Descobrimento do Brasil (Facultativo)
Maior		
24/05/2016	Terça-feira	Nª. Srª. Auxiliadora
26/05/2016	Quinta-feira	Corpus Christi
27/05/2016	Sexta-feira	Ponto Facultativo
Setembro		
07/09/2016	Quarta-feira	Independência do Brasil
Outubro		
12/10/2016	Quarta-feira	Nossa Sra. Aparecida
28/10/2016	Sexta-feira	Dia do Servidor Público
Novembro		
02/11/2016	Quarta-feira	Finados
14/11/2016	Segunda-feira	Ponto Facultativo
15/11/2016	Terça-feira	Proclamação da República
Dezembro		
19/12/2016	Segunda-feira	Recesso
20/12/2016	Terça-feira	Recesso
21/12/2016	Quarta-feira	Recesso
22/12/2016	Quinta-feira	Recesso
23/12/2016	Sexta-feira	Recesso

TABELA 02 CÁLCULO DAS HORAS POR MÊS													
Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Dias	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	366
Feriados	2	3	1	2	3	0	0	0	1	2	3	5*	21
Sábados	5	4	4	5	4	4	5	4	4	5	4	4	52
Domingo	5	4	4	4	5	4	5	4	4	5	4	4	52
Dias Úteis	19	18	22	19	19	22	21	23	21	19	19	18	240
Horas Úteis/Mês Auditores	380	360	440	380	380	440	420	460	420	380	380	360	4.800

CRONOGRAMA MENSAL DAS AÇÕES DA AUDITORIA								
Nº Ação	Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Período de Execução						
		Data início	Data fim	Dias úteis	Hora Bruta	Auditoria	Férias/ Afastamentos	Horas Líquidas
JANEIRO								
2.1	RAINT	05/01/2016	29/01/2016	19	380	AUDINT	32	348
TOTAL LÍQUIDO								348
FEVEREIRO								
2.3	Programas de Auditoria	01/02/2016	19/02/2016	12	240	AUDINT	56	184
5.1	Orientações à Reitoria/campi	22/02/2016	29/02/2016	06	120	Reitoria/campi	48	72
TOTAL LIQUIDO								256
MARÇO								
2.5	Atuação da CGU	01/03/2016	18/03/2016	14	280	AUDINT	32	248
5.2	Capacitação (Cursos In Company)	21/03/2016	31/03/2016	08	160	AUDINT	0	160
TOTAL LIQUIDO								408
ABRIL								
2.4	Relatório de Gestão	01/04/2016	08/04/2016	6	120	AUDINT/Reitoria	0	120
5.2	Capacitação	11/04/2016	15/04/2016	5	100	AUDINT	0	100
	Contratação de Estagiários	18/04/2016	29/04/2016	10	200	AUDINT	0	200
TOTAL LIQUIDO								420
MAIO								
2.7	Monitoramento das Recomendações de Auditoria	02/05/2016	13/05/2016	10	200	Reitoria/campi	0	260
2.6	Atuação do TCU	16/05/2016	31/05/2016	09	180	AUDINT	0	186
TOTAL LIQUIDO								446
JUNHO								
4.1	Licitações Sustentáveis	01/06/2016	24/06/2016	18	360	Reitoria/campi	0	360
1.2	Orientações à Reitoria/campi	27/06/2015	05/07/2015	07	140	Reitoria/campi	0	140
TOTAL LIQUIDO								500
JULHO								
1.1	Atuação CGU	06/07/2016	12/07/2016	5	100	AUDINT/ Reitoria	0	100
	Programa de Assistência Estudantil	13/07/2016	29/07/2016	13	260	Reitoria/Campi	0	260

TOTAL LÍQUIDO								360
AGOSTO								
3.2	Mapeamento de riscos dos processos das áreas estratégicas	01/08/2016	26/08/2016	20	400	Reitoria/campi	0	400
2.7	Monitoramento das Recomendações de Auditoria	29/08/2016	02/09/2016	05	100	AUDINT	0	100
TOTAL LÍQUIDO								500
SETEMBRO								
3.1	Indicador de Evasão Escolar	05/09/2016	30/09/2016	19	380	AUDINT	0	380
TOTAL LÍQUIDO								380
OUTUBRO								
2.2	PAINT	03/10/2016	31/10/2016	20	400	AUDINT	0	400
TOTAL LÍQUIDO								400
NOVEMBRO								
3.3	Emissão e Registro de Diplomas Acadêmicos	01/11/2016	18/11/2016	11	220	AUDINT/ Reitoria	60	160
5.2	Capacitação	21/11/2016	25/11/2016	05	100	AUDINT	0	100
2.7	Controles Patrimoniais	28/11/2016	23/12/2016	15	234	AUDINT	60	174
TOTAL LÍQUIDO								434
DEZEMBRO								
2.6	Atuação do TCU	26/12/2016	30/12/2016	05	100	AUDINT	30	70
TOTAL LÍQUIDO								70
TOTAL GERAL DE HORAS LÍQUIDAS								4.522



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR